



COMUNICADO DE IMPRENSA

Tratar dos resíduos industriais perigosos de Sines não pode ser um negócio

1.

Todas os quatro concorrentes ao tratamento dos resíduos industriais perigosos depositados a céu aberto no aterro sanitário entre Vila Nova de Santo André e Sines foram excluídas do concurso público que o governo foi obrigado a abrir através da empresa Águas de Santo André.

Três dos concorrente foram excluídos por motivos menores, supérfluos, fosse porque basearam os cálculos dos custos no volume e não no peso, fosse porque invocavam factores naturais para uma eventual necessidade de prorrogação do prazo de execução, fosse por não possuírem documentação que o cadernos de encargos nem sequer exigiam. Apenas o consórcio Secil/Cimpor que propunha a co-incineração foi excluída porque esse processo estava suspenso por decisão judicial.

A situação é grave, porque deixa o concurso deserto e o Governo de mãos livres para decidir como entender.

2.

Tudo indica que a solução escolhida seria a da co-incineração, proposta pelo consórcio Secil/Cimpor, apesar de mais cara, com quase o triplo de custos em relação á solução mais barata, não fosse o facto de decisões judiciais manterem suspenso o processo de co-incineração.

Torna-se claro que depois do Governo Sócrates ter avançado, contrariado, para o concurso público, por justa pressão da Quercus, que esta era a solução mais conveniente, que permite ganhar tempo, na expectativa de ser levantada a suspensão à co-incineração, abrindo, depois, caminho para um ajuste directo, como o Governo Sócrates tinha inicialmente pensado.

O negócio da co-incineração à custa Orçamento Geral do Estado, que é um negócio de 7 milhões de euros, entre o Governo e as cimenteiras mantém-se, mesmo sabendo-se que os efeitos ambientais negativos do processo de co-incineração são incomparavelmente maiores que os processos de tratamento local e por meios físico-químicos.

3.

O Bloco de Esquerda reafirma a necessidade urgente de resolver um problema ambiental, de saúde pública, que representa ter às portas de Vila Nova de Santo André e Sines – os maiores centros urbanos do sudoeste alentejano — o maior depósito a céu aberto de resíduos industriais perigosos do país.

Esta é uma das chagas vivas do que representa um modelo industrial que no essencial negligenciou os impactos ambientais negativos sobre a zona e do que representa a irresponsabilidade das empresas e dos poderes públicos na solução de um problema que se arrasta há mais de duas décadas, lesivo da saúde, do bem-estar e da qualidade de vida dos que aqui vivem e trabalham.

Para o Bloco de Esquerda:

- os resíduos industriais perigosos devem ser tratados no local, evitando-se o transporte desses materiais perigosos por estradas sem condições, com fluxos de trânsito consideráveis e atravessando diversas povoações.
- o seu tratamento deve ser por processos físico-químicos, por serem os que menos atentam contra a qualidade ambiental.

Apoiamos as diligências e as iniciativas que a Quercus providencie no sentido de esclarecer os termos em que o concurso público decorreu, as condições e argumentos que conduziram à eliminação de todos os concorrentes, bem como quanto à respectiva responsabilização.

Não é socialista um Governo que assim procede. A sustentabilidade ambiental é uma das bases fundamentais do desenvolvimento e da qualidade de vida e a solução dos problemas ambientais não podem ser reduzidos a um mero negócio, para mais à custa de dinheiros públicos.

11.8.07